

A RELAÇÃO ENTRE OS DEPUTADOS FEDERAIS PETISTAS E OS MOVIMENTOS SINDICAIS NA DÉCADA DE 1980: APOIO, PARTICIPAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz¹

RESUMO

O objetivo do texto é apresentar como os deputados federais do Partido dos Trabalhadores na década de 1980 construíram uma relação aproximativa com o movimento grevista por meio de apoio, solidariedade e participação nas greves. As greves foram instrumentos, muitas vezes necessárias, para a luta e a busca do trabalhador por liberdades democráticas e por melhores condições de vida e de trabalho. Na perspectiva metodológica, o uso do discurso político é prático e pode causar abalos, constituindo-se num instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos. Os parlamentares petistas souberam, por meio da atuação institucional, desenvolver a temática greve e lutar para que as reivindicações do movimento grevista fossem garantidas em forma de leis.

PALAVRAS-CHAVE

Deputados federais; Partido dos Trabalhadores; apoio; solidariedade; participação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present how the federal deputies of the Workers' Party in the 1980s built an approximate relationship with the strike movement through support, solidarity and participation in strikes. Strikes were instruments, often necessary, for the struggle and the search of the worker for democratic freedoms and for better conditions of life and work. In the methodological perspective, the use of political discourse is practical and can cause upheavals, constituting a privileged moment for political action, in the midst of events and events. The PT parliamentarians learned through institutional action to develop the thematic strike and fight for the demands of the strike movement to be guaranteed in the form of laws.

KEYWORDS

Federal deputies; Workers Party; support; solidarity; participation.

INTRODUÇÃO

A questão das greves no Brasil na década de 1980 está diretamente relacionada aos direitos sociais e a luta pela democracia. Em meio ao último governo da ditadura militar, a transição política e o Governo da Aliança Democrática, os parlamentares petistas defenderam os direitos dos trabalhadores na Câmara dos Deputados por meio de denúncias, de críticas e de propostas políticas.

As fontes utilizadas no texto são os discursos dos deputados fe-

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialista em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte

derais do Partido dos Trabalhadores (PT) localizadas no Diário do Congresso Nacional (1983-1989) e encontrados no site oficial da Câmara dos Deputados. O uso dos discursos se justifica pela importância dos registros realizados e pelo próprio ineditismo, uma vez que nas diversas leituras realizadas envolvendo pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, não foi identificado nenhum autor/autora que deles tenha se utilizado como objeto de análise.

As fontes partidárias também serão importantes como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária. Porém, é necessário realizar considerações sobre seus alcances e limites:

Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que os envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 18).

Neste ponto, consideramos que a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas, como no plenário do Congresso Nacional, é o *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade do Partido dos Trabalhadores.

Na perspectiva metodológica, a análise de discurso foi o método escolhido para o exame das fontes utilizadas. A análise do discurso e do pensamento político é importante para identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro. Para se trabalhar com os discursos procura-se apresentá-los como atividade e continuidade de ação, por meio de performances, sendo um “campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos” (POCOCK, 2003, p. 64).

O discurso e o debate político como fontes da história são relevantes a partir da variedade das linguagens políticas, dos atores e dos contextos históricos, linguísticos e políticos. Os critérios constituintes da linguagem como fonte histórica são as construções, os acontecimentos e os valores sociais reconhecidos na performance discursiva, sendo o discurso político prático e animado por necessidades do presente:

[...] a situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia (POCOCK, 2003, p. 39).

O discurso utilizado no plenário da Câmara dos Deputados deve revelar a continuidade e a mudança, onde devemos reconhecer a consistência de paradigmas e uma multiplicidade de performances e de agentes que constroem a identidade e a carreira parlamentar por meio da experiência política. Os discursos e os pronunciamentos também podem ser concebidos como fontes que se justificam por serem conceitos polissêmicos. Nesta perspectiva, a análise do discurso se baseia no lugar social: a própria produção, a época, em quais circunstâncias políticas, econômicas e sociais, por quem, como e o que ele diz sobre o passado construindo sua historicidade por meio da análise externa e interna.

A análise externa requer o contexto, as condições históricas que permitiram sua emergência, datação e localização espacial, autoria e momento histórico, circunstâncias, pretexto, situação e objetivos. Por sua vez, a análise interna exigiu interrogar-se sobre a ordem do discurso e da formação discursiva, obedecendo às regras gramaticais e estrutura da língua e modelos de gêneros narrativos. A utilização dos discursos como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas, e

[...] é indispensável que estes discursos e pronunciamentos sejam cotejados com outros tipos de fontes e com discursos vindos de outros personagens do período, envolvidos com os mesmos episódios ou dentro do mesmo universo de preocupações (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 243).

Na nossa proposta teórica e metodológica, os discursos proferidos pelos deputados federais petistas selecionados constituem e demarcam com singularidade a atuação institucional do PT na década de 1980.

AS BANDEIRAS DE LUTA: MOBILIZAR E ORGANIZAR OS TRABALHADORES

Na década de 1980, a mobilização e a organização dos trabalhadores como força autônoma foi uma bandeira de luta do PT como expressão política

dos explorados, com estrutura interna democrática e apoiada em decisões coletivas contra um sistema econômico e político que beneficiava uma minoria de privilegiados. Em meio ao regime militar, o partido se colocou na luta contra os mecanismos ditatoriais repressores e ameaçadores das liberdades civis, dos direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade. Para o PT, a democracia teve um significado singular, um valor permanente: o direito de livre organização dos trabalhadores, ou seja, “o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas, sobretudo, nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 70).

A luta partidária nos anos 1980 era para garantir a participação dos trabalhadores em um regime democrático por meio do direito de livre organização, sem as amarras opressoras do regime militar, sem o sufocamento dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, e sem a violência contra as manifestações e as greves. Neste ponto, democracia era sinônimo de livre organização dos trabalhadores.

No Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, o Partido dos Trabalhadores demarcou sua posição partidária contrária ao continuísmo e ao pacto social proposto pelo Governo eleito no Colégio Eleitoral. Para o partido, a Aliança Democrática manteve a tutela militar e reeditava a política de arrocho econômico aos trabalhadores como paliativo da situação econômica e social do país: o pacto social com compromissos e objetivos fundamentais de manter-se fiel aos ideais de 1964.

Considerando a perspectiva do continuísmo governamental, a política do PT concentrava sua atuação no combate ao pacto social e à transição conservadora, apoiando e incentivando as lutas sociais por meio de campanhas, protestos, invasões e ocupações, e principalmente, a greve geral, um instrumento para quebrar o pacto social: “assim, somos frontalmente contrários à reforma da Constituição proposta pela Aliança Democrática ou à concessão de poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 188).

O Partido dos Trabalhadores propôs como alternativa democrática e popular, a mobilização pela Assembleia Constituinte livre, soberana e democrática, com a organização e a participação dos movimentos com suas reivindicações contra as frentes parlamentares que não se baseavam nas lutas sociais.

Para o PT, a democracia se construía pelas mãos dos trabalhadores e não canalizando as lutas no Parlamento. Nesse sentido, é necessário a redefinição das tarefas e dos membros do Diretório e da Executiva Nacional, a organização da atuação da bancada federal em novas bases e a visão da atuação legislativa e institucional do PT em torno das seguintes questões: a legislação eleitoral-partidária, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Constituinte e a lei salarial. As definições partidárias têm a concepção de que a bancada do PT no Executivo teria uma atuação considerável em relação à sua reduzida expressão numérica, e reafirmava a necessidade dos parlamentares seguirem as resoluções aprovadas.

Subestimar a importância do trabalho parlamentar e institucional, assumir posturas de permanente desconfiança em relação aos companheiros detentores de mandato popular, negar-lhes o direito de defender suas idéias no interior do Partido, mesmo que minoritárias, considerá-los como meros despachantes de luxo do movimento popular ou, então, como simples contribuintes à caixa do Partido, representa uma concepção tão equivocada para a construção do PT quanto a que aponta no sentido de partido parlamentar (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 192-193).

O PT, em oposição à Aliança Democrática, delimitou o seu método de ação: a organização e a mobilização dos movimentos, principalmente porque as lutas institucionais foram insuficientes no Colégio Eleitoral, quando o partido atuou sozinho contra a conciliação e o consenso nacional. Os deputados federais eram valorizados porque os interesses, os objetivos e os direitos dos trabalhadores dependeram da dedicação e da atuação no Congresso Nacional, espaço para a socialização e a luta política direcionada para a classe trabalhadora, uma confluência entre luta institucional e luta dos movimentos sociais.

A presença do PT nos movimentos grevistas na década de 1980 aconteceu por meio da direção, da solidariedade e do apoio às greves. Estas eram heterogêneas, acontecendo por motivos trabalhistas ou corporativos, por descontentamento social ou político, por demandas reprimidas pelo autoritarismo, ou como estratégias de consolidação de novas lideranças sindicais. As greves eram envoltas por discursos contrários que acusaram os grevistas de usarem motivos políticos e a influência das esquerdas sobre os trabalhadores ou motivos econômicos que minimizaram a influência dos sindicatos. A realização das greves na década de 1980

[...] não fundamentam as análises mais acuradas de cada um dos campos, mas, além do impacto político que possuem enquanto tal, às vezes, à força da repetição, funcionam como autoconvencimento (NORONHA, 1991, p. 96).

Para Giovanni Alves, a partir do ano de 1978 foi concebida a resistência operária a superexploração da força de trabalho que atingiu a lógica da acumulação capitalista por meio das greves se tornam referência para os movimentos grevistas. Para o autor, é um cenário rico em organização e luta contra patrões e governo com o surgimento do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), das greves gerais, por categoria e por empresa: “espírito de luta e resistência operária e popular” (ALVES, 2000, p. 112).

Os anos 80 marcaram as greves como resistência de classe à perda hiperinflacionária e contribuiu para as estratégias de confrontação e de mobilização por meio das centrais sindicais; de uma prática insubmissa e de confronto, principalmente pela CUT; da organização das bases com as comissões de fábrica, que ensaiaram novas estratégias grevistas.

O verdadeiro valor político (e moral) das lutas sindicais dos anos 80, na perspectiva classista, consistiu em constituir, pelo menos em seu nível mais elementar, a consciência necessária de classe (e não um mero reconhecimento da legitimidade do papel social dos sindicatos) (ALVES, 2000, p. 116).

Na década de 1980, o conflito trabalhista esteve concomitantemente relacionado à transição, que colocou as greves como canais de manifestação mais duradoura e elemento potencializador do conflito com as perdas do poder aquisitivo dos salários, o desrespeito às leis trabalhistas, o nível de conflitos do trabalho, a exclusão do movimento sindical da transição, a negociação praticada na esfera privada e negada na esfera pública. As reivindicações dos trabalhadores eram marcadas pelo aumento dos salários e contra o arrocho salarial, denúncia da manipulação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), em favor da fixação dos reajustes salariais, pela contestação à política econômica do Governo e do FMI, contra falta de liberdade sindical e política imposta pelo regime, às más condições de trabalho, pelo direito da criação da própria organização, no caso dos funcionários públicos, pelo direito a sindicalização, pelo direito de

negociação, pelo direito de liberdade em assembleias, por protesto contra a demissão arbitrária dos trabalhadores e pela paridade salarial entre funcionários municipais, estaduais e federais, no caso dos funcionários da saúde.²

Entre os anos de 1978 e 1984, as demandas econômicas estavam em pauta nos sindicatos, com o objetivo de reconquistar a defesa dos salários e a greve como cidadania política e estratégia privilegiada na política de abertura do Governo Federal. Segundo Skidmore (1988), nos anos entre 1980 e 1982, os empresários e o governo mudaram o comportamento diante das greves, levando os trabalhadores à derrota, com impacto forte e prolongado com as demissões em massa, a política econômica recessiva e a elevação da taxa de juros. O momento político era favorável para a revalorização da organização interna dos sindicatos com a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em meio à situação política dos militares, “Delfim Neto, João Figueiredo e o sexto governo revolucionário achavam-se agora no pior dos mundos possíveis. O crescimento econômico, meta consensual da elite, acabara. O Brasil era agora apenas mais um suplicante das boas graças do FMI” (SKIDMORE, 1988, p. 452).

Para Armanda Boito Júnior (1996), a CUT surge no campo sindical combativo e em oposição ao governo de ditadura militar e ao governo civil tutelado pelos militares, e com plataforma de transformações econômicas e sociais antagônicas à política de desenvolvimento do Estado brasileiro e nasce com o objetivo de unificação da luta sindical das classes trabalhadoras.

Baseava-se no entendimento de que a ação sindical não se esgotava na luta reivindicativa em defesa dos salários e das condições de trabalho nas condições dadas pelo bloco no poder. Apontava para a necessidade de uma alteração no bloco no poder, para que se pudesse contemplar os interesses dos trabalhadores. Essa estratégia da CUT não logrou reverter a tendência à deterioração dos salários, que se observa, *grasso modo*, ao longo dos anos 80. Contribuiu, porém, para unificar, política e ideologicamente, o campo democrático-popular (BOITO JÚNIOR, 1996, p. 87).

Contudo, a estratégia cutista era limitada porque não elegeu o capital monopolista com alvo da luta, não rompeu com a estrutura sindical corporativa do Estado e a luta salarial foi segmentada por categorias e datas-base.

2 Os temas reivindicados pelos trabalhadores estão presentes em 57 discursos com a temática grevista desenvolvida pelos parlamentares petistas entre 1983 e 1989.

Na perspectiva de Marco Aurélio Santana, os anos 80 marcaram um contexto de transição política e elevada inflação, com reocupação do espaço político por meio do movimento dos trabalhadores, da fundação das centrais sindicais e das movimentações grevistas, que se ampliaram para categorias e regiões por todo o país. Na luta pelos direitos dos trabalhadores em meio ao processo de transição democrática, o movimento sindical lutou pela “organização e consolidação de centrais sindicais, o aumento das taxas de sindicalização e a expansão da organização dos setores assalariados médios” (SANTANA, 2002, p. 37). Contudo, também teve dificuldades para se enraizar no interior das empresas, onde o trabalho foi esparso e pontual; as conquistas não foram generalizadas, se restringindo entre as categorias mais fortes e organizadas; e não alcançaram a redução efetiva das desigualdades sociais.

A historiografia sobre o sindicalismo nos anos 1980 demonstrou como foi importante o surgimento do movimento sindical, da organização dos trabalhadores e da ação política em meio ao período de ditadura militar e da transição política. E, ressaltaram as dificuldades do movimento em solucionar os problemas relativos a situação dos trabalhadores e aos problemas sociais no país. Ao se localizar no contexto de lutas dos trabalhadores e nas lutas sociais, os movimentos sindicais utilizaram das greves como método de ação política na década de 1980, lutando principalmente por melhores condições de vida e salariais.³

A revitalização das greves nos serviços público e privado aconteceria nos anos de 1983 e 1984. Nos anos de 1985, 1986 e 1987 as reivindicações se ampliaram para o conflito entre os movimentos grevistas e o Executivo, a disseminação das greves para categorias profissionais, a inserção do direito de greve na agenda governamental, a relação direta entre os sindicalistas e os patrões. Em 1985, Eduardo Suplicy e Djalma Bom, em visita a Empresa de Transportes Coletivos de Brasília, constataram a agilidade do procedimento das autoridades responsáveis por considerara greve ilegal, negando o direito de negociação e o direito de liberdade em assembleias.

O importante é que seja considerado um direito normal numa democracia os trabalhadores poderem fazer suas reivindicações, poderem organizar-se, poderem realizar greves sempre que julgarem que os empregadores, os patrões, não desejam ouvi-los, não que-

3 A justificativa para a atitude governista estava nos acordos firmados com o FMI, em que “o Brasil se comprometia a cumprir metas especificadas de política fiscal e monetária, assim como de política cambial e tarifária” (SKIDMORE, 1988: p. 459).

rem arredar pé diante de uma situação de injustiça, tal como ocorre em quase todos os setores da economia brasileira.⁴

Em meio às reivindicações delimitadas acima, José Genoíno defendeu o instrumento de greve, pois “é necessário que esse direito seja usado pelos trabalhadores, para reivindicarem direitos políticos, aumentos salariais e melhores condições de vida”.⁵ A reação governista foi propor o pacto social com objetivo de encerrar as contingências políticas no âmbito grevista e sem enfrentar as questões salariais, o que manteve os interesses conservadores do empresariado brasileiro relativos aos lucros. Por isso, a mobilização e a luta dos trabalhadores eram necessárias para ressaltar as reivindicações: a trimestralidade do reajuste salarial, às 40 horas semanais, a reposição das perdas salariais, a liberdade de autonomia sindical e a aprovação da Convenção de 1981.⁶

A opção governista por atacar a inflação pelas causas monetárias e circunstanciais e confiscar o salário ficou explícita no Plano Cruzado⁷. O reflexo da política econômica da Aliança Democrática foi o número de trabalhadores grevistas reivindicando aumento salarial. Para José Genoíno, o salário do trabalhador estava achatado e as ações do Governo Federal deslocaram a renda do salário para o capital, e por isso as greves representavam “a resposta correta dos trabalhadores brasileiros ao ‘pacote’ que confiscou os salários”.⁸

O ano de 1986 seria marcado pela segunda greve geral dos trabalhadores na década de 1980, como reação ao pacto social que manteve a Aliança Democrática com uma postura similar à dos militares. As greves passaram a ser consideradas pelo Governo Federal como problemas de segurança nacional com o uso, a presença e o monitoramento do Serviço Nacional de Informações (SNI) e das polícias militares⁹. Para José Genoíno, a opinião governista era de “que não se pode negociar sob pressão, não se pode negociar com os trabalhadores em greve. Força-se o fim da greve justificando demissões, repressões da polícia e uma série de ameaças de represália contra os grevistas”.¹⁰

4 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, n.º. 24, 4/4/1985, p. 2456.

5 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, n.º. 26, 10/4/1985, p. 2620.

6 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, n.º. 120, 1/10/1985, p. 11076.

7 Para David Maciel, o Plano Cruzado “era fruto da fusão entre a proposta de congelamento de preços de Francisco Lopes e a proposta de reforma monetária e indexação generalizada de Pêrsio Arida e André Lara Resende” (MACIEL, 2008, p. 122).

8 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, n.º. 104, 5/9/1986, p. 8596.

9 A atitude governista é similar acriminalização dos movimentos sociais proposta por Vera Lúcia Vieira e “têm como preceito básico, não o atendimento das demandas sociais, mas, pelo contrário, a rearticulação do bloco do poder de forma a apaziguar, cooptar e anular as demandas sociais latentes” (VIEIRA, 2005, p. 198).

10 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, n.º. 117, 24/9/1986, p. 9361.

Assim, comportamento da Aliança Democrática em relação à economia, com submissão às normas do FMI levou o arrocho e ao desemprego. O pacto social entre o empresariado, os setores do governo e os sindicalistas de resultados foram denunciados como forma de iludir e impedir os trabalhadores da realização de greves, de mobilizações e de lutas. O autoritarismo do Governo Federal nas temáticas trabalhistas e das grevistas aconteceu por meio da repressão aos trabalhadores, dos pacotes econômicos e do arrocho salarial mostrando a opção governista por negar a função econômica do aumento salarial para o consumo interno, a movimentação econômica e melhoria das condições de vida dos trabalhadores no país.

AS PROPOSTAS PARTIDÁRIAS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

No 5º Encontro Nacional, realizado entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987, no Senado Federal, os petistas definiram a sua relação com os sindicatos. Para o PT, deve existir respeito aos limites, a autonomia e o nível de mobilização e de consciência dos sindicatos e do partido mesmo com a similaridade nas propostas políticas dos militantes e dos sindicalistas petistas, na medida em que

[...] seria um erro grave, que romperia com os limites e a autonomia do movimento sindical, se os militantes petistas procurassem fazer com que os sindicatos e a CUT assumissem como seu o projeto alternativo do PT (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998: p. 290).

O Partido dos Trabalhadores considera que não deve haver interferência partidária nos movimentos sindicais e sociais e a dedicação do militante e do sindicalista, nos dois espaços de ação deve ser mútua, diante do princípio orientador:

os militantes do PT devem submeter-se à disciplina sindical, acatar as decisões aprovadas democraticamente nas assembleias, mesmo que tais decisões não coincidam com as propostas do Partido” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 328).

No mesmo encontro era avaliada e definida a política do partido

como reflexo e direção dos movimentos sindicais. Nesta perspectiva, o partido era como um braço parlamentar das lutas sociais, e “o PT não poderia querer dirigir as lutas dos movimentos sociais, pois assim estaria desrespeitando a sua autonomia” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 348). Esta concepção política era confusa e incorreta, porque o partido tem a capacidade de ser um instrumento real de definição dos rumos da luta e de ser dirigente político dos trabalhadores.

Para nós, trata-se de, respeitando a democracia dos movimentos, suas instâncias e características, disputar sua direção com propostas previamente debatidas nas instâncias do PT, articulando nossa atuação de luta sindical e popular com a construção partidária e nossa estratégia de luta pelo poder (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 348).

As duas propostas de atuação do PT junto aos movimentos sociais mostraram as dificuldades da direção do partido na definição de um caminho relativo às instituições sociais que lutavam por objetivos similares ao Partido dos Trabalhadores. A existência de propostas diferentes e contraditórias surgiu como decisão partidária para controlar a pauta de reivindicações e a direção dos movimentos sociais, entendendo-os como reflexo do partido na luta social.

A atuação dos sindicatos e dos movimentos grevistas era motivo de preocupação por parte de José Genoíno, principalmente durante o período de votação na Assembleia Nacional Constituinte das questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores. Para o parlamentar, o uso de cartazes, painéis e listas pela CUT como método de luta para informar era legítimo, pois era preciso incentivar a sociedade na cobrança e na denúncia das posições adotadas pelos constituintes, principalmente aqueles que votaram contra as reivindicações dos trabalhadores. A divulgação de nomes, a cobrança de posições e “a apreensão dos cartazes, por ordem do Presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, constituiu grave atentado à liberdade de manifestação tornando a CUT e o PT vítimas de medida arbitrária”.¹¹

O deputado federal ressaltou a necessidade da CUT fazer correções durante as manifestações, tais como: nos cartazes devem constar nomes, endereços e telefones públicos, jamais telefones residenciais, como ameaça a privacidade; o usada expressão ‘esses são contra os trabalhadores’, para demonstrar

11 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 13, 10/3/1988, p. 527.

claramente a posição dos parlamentares envolvidos; concentrar os cartazes nos membros da direita, para serem corrigidos erros e generalizações. Para José Genoíno, os erros devem ser corrigidos pelo movimento, pois “isto o engrandeceria e fortaleceria a luta dos trabalhadores, da CUT e de todas as demais entidades populares”.¹²

A proposta de intervenção do PT nos movimentos sindicais e sociais era defendida por José Genoíno e justificada como “erros” cometidos pela central sindical. O deputado federal ignorou que as decisões para a manifestação sobre os constituintes foram deliberadas em encontros da CUT, e que intervir sobre as decisões era uma forma de ameaçar a liberdade de expressão dos trabalhadores. As críticas de José Genoíno expressaram um sentimento de intervenção sobre a CUT, e não a busca por melhorar a atuação sindical durante o período da Assembleia Nacional Constituinte.

Na Assembleia Nacional Constituinte, os direitos à livre sindicalização e à greve do funcionalismo público eram itens importantes defendidos pelos constituintes do Partido dos Trabalhadores. Para Paulo Paim, a Constituinte deve assegurar aos funcionários públicos tais direitos, contra o risco de continuarem as demissões e os abusos e “porque, em todos os estados do País, esses funcionários fazem greves históricas em defesa de suas categorias e possuem suas associações profissionais”.¹³ Contudo, no dia da votação em plenário, a ausência de 215 constituintes motivou o inconformismo dos parlamentares petistas, porque os direitos seriam rejeitados. Para Eduardo Jorge, o servidor público brasileiro já praticava os dois direitos e os constituintes governistas querem colocá-los na ilegalidade. Contudo, os constituintes petistas lutaram para a consagração do direito de greve e de sindicalização dos servidores públicos na Constituição, “não podemos admitir a discriminação dos servidores públicos em relação aos demais trabalhadores no Brasil”.¹⁴

A Assembleia Nacional Constituinte, longe de ser um espaço para a concretização da proposta da Aliança Democrática de conciliação e consenso nacional, mostrou-se um espaço de lutas políticas pelas garantias dos direitos. A greve e a sindicalização dos funcionários públicos eram direitos levantados e defendidos pelos constituintes petistas, sob o escudo protetor de defesa dos direitos dos trabalhadores, que tiveram por serem de categorias similares. Não

12 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 13, 10/3/1988, p. 527.

13 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 14, 11/3/1988, p. 613.

14 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 16, 16/3/1988, p. 707.

conseguir o direito de greve e de sindicalização dos funcionários públicos era aceitar uma diferenciação entre os trabalhadores, o que para um partido que se intitulava dos trabalhadores era péssimo, porque a classe trabalhadora estaria desunida com direitos desiguais. A universalização dos direitos dos trabalhadores era a meta almejada pelo PT na Assembleia Nacional Constituinte. A utilização do argumento salarial para afirmar a atuação parlamentar do PT como arma de denúncia e negação ao pacto proposto pelo governo levou o PT ao isolamento e a consolidação como ator político em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A nova Constituição brasileira, no item direcionado ao salário mínimo, despertava esperança como resultado das lutas específicas promovidas pelos movimentos populares e pelas articulações progressistas no Congresso Constituinte. Para Virgílio Guimarães, permanecia no Congresso Nacional um boicote ao salário mínimos abotado por parte das forças reacionárias que ocupavam suas cadeiras.¹⁵ A Câmara deve assumir responsabilidades de fixar, clara e independentemente, a regulamentação da relação capital-trabalho no Brasil, definir as prioridades do Governo Federal para a política e os investimentos na área estatal e legitimar os interesses dos trabalhadores. Para os parlamentares petistas, a definição da função da Câmara dos Deputados era fundamental para não continuar sendo ressonância das prioridades do Executivo e “porque nós, no Congresso brasileiro, estamos cansados – e é bem pesada a expressão– de ser ‘meninos de recado’ do Palácio do Planalto”.¹⁶

Os debates existentes no Congresso Nacional após a publicação da Constituição concentraram-se em torno da funcionalidade do Legislativo como instituição democrática, contrapondo a concepção de subserviência ao Executivo no regime militar, e na expectativa de que com a publicação da Constituição, houvesse a divisão dos poderes. A completa divisão entre os poderes, principalmente entre o Legislativo e o Executivo, era colocada em prática rapidamente, corroborando a hipótese de separação, autonomia e autoridade de cada poder governamental e mostrou a necessidade do Legislativo – como instituição política – atuar favoravelmente aos trabalhadores.

Os deputados federais petistas acreditaram no Legislativo como forma de luta institucional para a conquista e a permanência dos direitos dos trabalhadores como o salário mínimo para a melhoria das condições de vida. Con-

15 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 121, 6/12/1988, p. 4629.

16 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 124, 9/12/1988, p. 4898.

tudo, no Congresso Nacional ainda existia constituintes com práticas autoritárias remanescentes do período ditatorial, que permanecia contra os trabalhadores e a submissão as propostas do Executivo.

O salário mínimo era uma preocupação para os parlamentares, os trabalhadores e o Governo Federal. O Executivo propôs aos negociadores do pacto social o reexame da política salarial. Já no Senado, a obstrução e os pedidos de verificação de quorum continuaram a ser utilizados como armas nas discussões sobre o salário mínimo, e eram motivos de preocupação dos parlamentares petistas que afirmaram que “o Senado Federal terá de assumir toda a responsabilidade, caso o salário mínimo não seja votado antes do recesso” do fim do ano de 1988.¹⁷

O Congresso Nacional, então, vota o aumento do salário mínimo e o Governo Federal veta sua aprovação. Paulo Paim afirma que este pode ser um dia histórico para a demarcação do novo salário mínimo alterando-o para NCz\$ 139,00, atingindo 12 milhões de aposentados. O parlamentar convoca os parlamentares para participação na votação do veto presidencial, “vamos dar quorum e votar unanimemente também o veto ao novo salário mínimo, atendendo a esses milhares de trabalhadores”.¹⁸ No entanto, os parlamentares não derrubaram o veto presidencial e mantiveram um salário baixo diante da crise econômica e social e da exploração capitalista no Brasil.

Para José Genoíno, a questão salarial no Governo da Aliança Democrática tinha similaridade com o arrocho salarial do Governo João Figueiredo, por meio dos decretos, das perdas salariais e da miséria dos trabalhadores e “essa atitude demonstra, além de subserviência ao Planalto, insensibilidade política e conservadorismo econômico, um atestado político de morte desta Casa perante a opinião pública”¹⁹ e que “se o Congresso Nacional não levantar a cabeça diante desse problema poderá, politicamente, apressar junto à opinião pública o processo de seu esfacelamento, de seu desgaste e isolamento”.²⁰ Para Paulo Paim, a única forma de conter os movimentos paredistas era aprovar “no Congresso Nacional, uma nova política salarial”.²¹

17 Diário do Congresso Nacional. Ano XLIII, nº. 127, 14/12/1988, p. 5185. O deputado federal Eduardo Jorge licenciou-se do mandato para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde na cidade de São Paulo entre 1º de janeiro de 1989 e 2 de abril de 1990.

18 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 32, 5/4/1989, p. 1773.

19 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 34, 7/4/1989, p. 1924.

20 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 35, 8/4/1989, p. 1980.

21 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 53, 10/5/1989, p. 3309.

A reafirmação do Legislativo como espaço para socialização e luta institucional era importante para os deputados federais petistas porque permitiu a continuidade da luta pela consolidação dos direitos dos trabalhadores no Parlamento brasileiro. Continuar, neste ponto, significou priorizar, principalmente para o aumento do salário mínimo, que definitivamente não estava nos planos do Governo da Aliança Democrática. As propostas governistas não foram suficientes para melhoria salarial, e, entre vetos no Congresso e no Executivo, extremismo e intransigência eram juntos, uma dupla infalível contra os trabalhadores brasileiros. O Congresso Nacional, na imagem dos parlamentares governistas, não quis e não teve interesse em votar uma nova política salarial, afinal seus vínculos com industriais, latifundiários, empresários, militares e o capital internacional, bem como seus objetivos políticos, eram incompatíveis com os anseios dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos dos deputados federais do PT voltaram seus interesses, após a luta e a conquista do direito de greve e de sindicalização do funcionalismo público garantidos na Constituição federal, e se unificaram em torno da responsabilidade do Congresso Nacional na aprovação do salário mínimo. No plenário da Câmara ficou evidente a falta de interesse dos parlamentares governistas na aprovação da política salarial que viabilizasse a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Assim, os parlamentares petistas responsabilizaram o Executivo pela “situação de desespero em que se encontram milhões de brasileiros, que vêem seu nível de vida degradar-se vertiginosamente” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 377).

As greves na década de 1980 foram apoiadas pelos deputados federais do PT, que ficaram no pêndulo entre a interferência ou não interferência junto aos movimentos sindicais, que lutaram pelo direito de greve e de sindicalização do funcionalismo público e pela política salarial. Os movimentos grevistas reivindicaram o crescimento econômico, o bem-estar social e novos canais de negociação, e consolidaram os trabalhadores e os sindicalistas como atores políticos relevantes no processo de decisão política. Estas eram “a forma básica de ação sindical e não apenas de reação, colocando questões não previstas aos atores da transição e abrindo brechas no pacto das elites” (NORONHA, 1991, p. 122). Os deputados federais petistas lutaram institucionalmente pelas reivin-

dicações dos trabalhadores na busca pela efetivação, legalização e incorporação dos direitos sociais e trabalhistas na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 15, p. 111-124, nov. 2000.

BOITO JUNIOR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 3, p. 80-104, 1996.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando (org). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

RODRIGUES, Iram Jácome. Um laboratório das relações de trabalho: o ABC paulista nos anos 90. **Tempo Social**, São Paulo, 14(1): 137-157, maio de 2002.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. **Cadernos ADENAUER**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 35-49, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIEIRA, Vera Lúcia. Criminalização das Lutas Sociais em Estados autocráticos burgueses. **Projeto História**, São Paulo, v. 31, p. 189-205, 2005.

Data de recebimento: 20/12/2017

Data de aceite: 29/01/2018